

## O Edifício da Torre do Tombo faz 20 anos ■

EM 21 DE DEZEMBRO DE 2010 assinalaram-se os 20 anos da abertura ao público do edifício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Após o terramoto de Lisboa de 1755 a Torre do Tombo não mais deixou de ter instalações provisórias. A perseverança do Dr. José Pereira da Costa – recentemente falecido e a quem aqui também prestamos o nosso público reconhecimento – com a elaboração de um programa preliminar, ainda nos anos 70, e o desenvolvimento de um programa para concurso público, que terminou com a escolha, entre mais de 20 projetos concorrentes, do ateliê de arquitetura de Arsénio Raposo Cordeiro e o lançamento da primeira pedra a 17 de junho de 1985.

Neste dia foi inaugurada uma mostra documental, onde se apresentam alguns dos aspetos que marcam a conceção do edifício, incluindo a maquete original, mas contou também com uma conversa pública, na qual esti-



veram presentes, o arquiteto Arsénio Cordeiro e o escultor José Aurélio, bem como S. Ex. o Secretário de Estado da Cultura, Elisio Summavielle.

O teor da conversa está integralmente disponível em <http://dgarq.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/eventos/conversas-publicas/>.

Com o intuito de incrementar o conhecimento de outras histórias sobre esta temática publicamos hoje uma nota curiosa, de entre muitas outras que gostaríamos de recolher, da autoria de João Bonifácio Serra, integralmente disponíveis em <http://oqueeuandei.blogspot.com/> de que publicamos excertos, agradecendo ao autor a autorização concedida.

Este é também um apelo a todos quantos estiveram e estão envolvidos nesta causa dos arquivos, para que nos façam chegar as suas memórias e os seus olhares sobre este acontecimento, de forma a partilhar memórias e dar vida à nossa história.

### Memórias: José Aurélio, Borges de Macedo e as gárgulas da Torre do Tombo

... Estávamos, creio em 1995. Desde 1973 que eu não tinha contacto com Borges de Macedo. Fora seu aluno, entre 1967 e 1970. O nosso relacionamento nesse período mantivera-se relativamente distante. O professor Macedo era indubitavelmente dos mais bem preparados docentes de História da Faculdade de Letras de Lisboa, superiormente informado e de uma inteligência fulgurante. A esta invulgar estatura intelectual, que inspirava respeito e admiração, contrapunha-se uma personalidade truculenta e um

gosto pelas atitudes desconcertantes que, atenta a distancia entre docente e discente, perturbava e embaraçava muitos de nós. ... O tema de tese era sugerido pelo Professor, e eu não escapei a essa prática, tendo aceite realizar uma investigação sobre as ideias económicas de António de Oliveira Marreca. O ambiente de Seminário e as sessões de orientação dos trabalhos de tese aproximaram-me da pessoa de Jorge de Macedo, originando uma cordialidade que até então não se pudera desenvolver. Em 1973, porém,

poucas vezes nos encontrámos, tendo ele passado a desempenhar funções na equipa reitoral. Em 74 soube que fora saneado, ação que lamentei embora percebesse a inevitabilidade do ato. Não mais o encontrei. O professor Macedo foi reintegrado na Faculdade de Letras nos anos 80, numa altura em que eu próprio ali lecionava como assistente, mas não nos chegámos a cruzar, tendo eu saído em 1984

O escultor José Aurélio era autor das gárgulas do novo edifício da Torre do Tombo inaugurado em 1990.

Impressionantes na sua dimensão e projeção arquitetural, aqueles monólitos foram esculpidos nas imediações das pedreiras de onde tinham sido arrancados, em Porto de Mós. Nos anos seguintes, o autor reuniu a documentação relativa ao seu formidável trabalho – desenhos, fotografias, registos diversos – e intentou publicá-la em livro. Para isso considerou desejável que o Diretor da Torre do Tombo escrevesse um texto de apresentação. Para tal, pediu uma audiência ao Professor Borges de Macedo. A realização da entrevista arrastava-se, porém. O Diretor anuí, marcava e desmarcava, por este ou aquele motivo imprevisto. Um dia, queixando-se destas vicissitudes, o escultor perguntou-me: «Ele não foi seu professor? Acha que se nos apresentarmos os dois haverá mais possibilidades de ele nos receber?» Foi assim que entrei neste processo. Uma ou duas tentativas frustradas mais, e eis que finalmente o Professor nos recebe numa manhã de primavera de 1995.

Na mesa do seu gabinete, o Professor Jorge de Macedo sentou-me à sua esquerda, ficando a seguir o escultor. Virando-se para mim, o meu antigo professor não perdeu tempo com preliminares e encetou uma surpreendente digressão cujo teor não me é possível reconstituir. Lembro-me de que ora versava temas literários, de Kafka a Anaïs Nin e Thomas Mann, ou filosóficos, ora enveredava por assuntos mais confessionais. A certa altura, manifestando eu surpresa pelo testemunho pessoal de uma ocorrência que tivera lugar em Londres, Borges de Macedo contou que apesar da magreza orçamental («E você sabe as despesas que eu tinha com a minha família!»), nunca deixara de ir a Londres regularmente ao teatro e a concertos. E, olhando-me por cima dos óculos de lentes grossas, rematou enigmaticamente: «Eles não sabiam porquê nem como, mas eu andava sempre à frente deles».

Eu começava a ficar inquieto. O Professor Jorge de Macedo parecia ignorar a presença do escultor José Aurélio, envolvendo-se numa fascinante teia de observações que faziam tábua rasa de nada menos que 23 anos das nossas vidas. A situação era absolutamente irreal: Macedo voltara a 1973, retomando o espírito vigoroso e solto das suas aulas mais brilhantes e eu vestia a pele do aluno preso do espetáculo e consciente do privilégio.

Foi a custo que consegui chamar a atenção do nosso anfitrião para o meu amigo.



O Guarda das ondas Hertzianas



A Guerra e a Paz

O Professor virou-se então para José Aurélio e perguntou:

– Então, o que o traz por cá?

Uma pequena luz de aviso acendeu-se no meu espírito a esta pergunta, mas não me ocorreu nada para desviar o caminho da conversa. O escultor respondeu:

– Viemos aqui falar sobre as gárgulas.

– Ah, sim, as gárgulas! – exclamou o Professor Macedo, como se após aquela introdução, que mais parecia a conclusão de uma aula imaginária de História da Cultura Moderna iniciada no dia anterior, nada mais natural do que defrontar o problema das gárgulas do edifício de que era Diretor.

E de facto assim foi. Com a mais extraordinária das naturalidades, Borges de Macedo elocubrou sobre gárgulas em geral e sobre as gárgulas da Torre do Tombo em particular.

– Tenho uma ideia sobre o significado das gárgulas – afirmou a dado passo. O edifício da Torre do Tombo tem uma estrutura tumular. Compreende-se: aqui se guardam os documentos relativos à história de Portugal. As gárgulas são o elemento através do qual a Torre/Túmulo comunica com o exterior. Com as suas bocas abertas, elas fazem ecoar o grito «Aqui jaz a memória da Nação».

Macedo fez uma pausa e visando de novo o meu amigo, absolutamente esquecido das circunstâncias que rodeavam aquela audiência, perguntou:

– E qual é o seu interesse no assunto?

Aí, temendo o pior, vim em socorro do artista:

– O Escultor José Aurélio é o autor das gárgulas – informei eu.

O professor olhou pela primeira vez atentamente para o até então terceiro elemento da sessão. Findos esses intermináveis momentos, disse:

– Mestre, tenho muito gosto em conhecer o autor das gárgulas. Aliás em reconhecê-lo, pois o seu perfil é o de um homem gárgular.

Fosse o que fosse que isso queria dizer, não houve tempo para o averiguar. O Professor Jorge de Macedo passou então a dirigir-se diretamente ao seu novo interlocutor a quem passou a explicar o significado de cada uma das oito gárgulas integradas no edifício da Torre do Tombo. Agora reconduzido à condição de espectador, eu via José Aurélio cada vez mais suspenso das palavras de Macedo, surpreendido pela agudeza das observações e sobretudo pela riqueza de conhecimentos que revelava acerca do processo de manufatura daquelas peças.

Houve um momento em que Jorge de Macedo se referiu aos textos, redigidos numa escrita binária, com que o autor identificou cada uma das gárgulas. Aí o escultor não se conteve:

– Mas como é que o Professor sabe isso? Essas legendas não são visíveis do solo.

O Professor levantou-se e disse:

– Venham daí comigo. Vamos lá fora ver as gárgulas.

Quando chegamos junto da primeira gárgula, apontou para o alto e expôs o significado que lhe atribuía, em complemento com o que o autor fizera gravar na pedra. E sorrindo para José Aurélio, acrescentou:

– Sabe Mestre, há binóculos...

A terminar esta breve nota de uma memorável conversa sobre gárgulas, acrescento apenas que o Professor Jorge de Macedo não chegou a escrever o texto prometido nessa ocasião ao escultor José Aurélio. Em março de 1996 faleceu. Não sei se José Aurélio guarda algum registo desta reunião. Aqui fica o meu, escrito de memória, na altura em que se celebram 20 anos sobre a inauguração do novo edifício da Torre do Tombo. ♦

Arquivo Distrital de Évora:

# Passado, Presente e Futuro ■

O ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA – ADEVR integra a Rede de Arquivos dependentes da Direção-Geral de Arquivos – DGARQ, coordenando e apoiando tecnicamente os arquivos do Distrito.

Évora, que assinalou a 25 de novembro o 24.º aniversário da sua classificação pela UNESCO, como *Cidade Património da Humanidade*, exerce uma forte atração sobre os concelhos circundantes e detém a única estrutura universitária do Distrito o que reforça o seu papel de agente aglutinador.

A nível de instalações, o ADEVR está longe de deslumbrar ou seduzir quem o visita – as instalações são muito antigas e não têm as condições ideais, nem para quem nele trabalha, nem para quem a ele se desloca no exercício do seu direito de cidadão para obter informações ou para fazer investigação, nem ainda para acolher e conservar condignamente a documentação do Distrito, que há muito deveria ter sido incorporada.

Desde a década de 60, que o ADEVR se encontra instalado num edifício antigo, com um longo historial: no séc. XVI era parte do Colégio do Espírito Santo, dos Jesuítas, no séc. XVIII, e após a expulsão destes, passou a albergar sucessivamente serviços da Casa Pia, do Liceu, da Escola Comercial, até receber o Arquivo.

Dada a impossibilidade da sua expansão, pela ocupação dos edifícios contíguos pela Universidade, tem crescido a necessidade e consequentemente a vontade de mudar de instalações, ideia já antiga, mas de concretização complexa. Contudo, é legítimo este anseio, dada a exiguidade das mesmas, a inviabilidade

do seu crescimento, e os difíceis acessos, nomeadamente para pessoas diminuídas fisicamente. Apesar de todas estas limitações, atualmente, as instalações estão a ser alvo de intervenção ao nível de uma nova instalação elétrica e cablagem de rede o que permitirá ultrapassar algumas das limitações com que o Arquivo se depara.

Paralelamente, decorrem «negociações» com a Biblioteca Pública de Évora no sentido de que esta instituição liberte gradualmente o espaço ocupado pelos Periódicos o que permitiria retomar as incorporações que se encontram suspensas, há mais de 5 anos.

Em termos de acervo, o ADEVR tem sob custódia mais de 170 fundos documentais, num total superior a 3 000 metros lineares, com datas compreendidas entre o séc. XIV e o séc. XXI, produzidos por diversas entidades públicas e privadas do distrito de Évora.

Os fundos públicos, com especial destaque para os da Administração Central descentralizada: Provedoria da Comarca de Évora e Governo Civil, com cerca de 1 000 metros lineares, constituem a maior parcela do acervo, mas os mais consultados são inequivocamente os Fundos Paroquiais/Registo Civil, apesar da dimensão ser inferior a 300 metros e não haver documentação posterior a 1911.

Previsivelmente, o espaço disponível para as incorporações vai crescer ao longo de 2011, o que trará uma revitalização ao ADEVR, e uma nova recetividade, nomeadamente por



Câmara Eclesiástica de Évora (1724) – Processo de habilitação de genere de António Rodrigues Sameiro, filho de Manuel Rodrigues Almeida e Natália Martins, natural de Monsaraz.

parte das entidades que aguardam a incorporação dos seus documentos no Arquivo.

A componente tecnológica também não pode ser esquecida nem subvalorizada: dar-se-á início ao processo de digitalização de documentos, o que permitirá o acesso remoto pelos Cidadãos, via DigitArq<sup>1</sup>, assegurando uma maior preservação dos originais e proporcionará aos utentes a possibilidade de obterem cópias digitais, o que até agora era impossível.

Com esta apresentação, procuramos sintetizar a situação conjuntural do ADEVR. Apesar dos pontos fracos e das ameaças com que o ADEVR se depara, estes deverão ser encarados como um desafio e uma oportunidade. Estamos em fase de mudança, de inovação, de criatividade, que deverão resultar num processo de melhoria, sem que para isso sejam necessários gastos muito elevados.

*Pedro Pereira*  
DIRETOR

1. <http://digitarq.adevr.dgarq.gov.pt/>



# Uma Nova Porta de Acesso ao Acervo do Arquivo Regional da Madeira ■

*ARM DIGITAL* é a nova plataforma informática do Arquivo Regional da Madeira (ARM), que pretende publicar conteúdos digitais on-line, e que se encontra disponível, desde o passado mês de novembro, em <http://armdigital.arquivo-madeira.org>. Através deste website, os nossos utilizadores, presenciais ou à distância, podem, num único interface de pesquisa, aceder às descrições arquivísticas ou biblioteconómicas e, de imediato, consultar os documentos selecionados. Para já, estão disponíveis cerca de 100.000 imagens, distribuídas pelos registos paroquiais de três freguesias do Funchal (Santa Maria Maior, Sé e São Pedro, até 1911), por 89 títulos de jornais e 86 monografias.

Este é um projeto da maior importância para o Arquivo Regional: pelo alcance em termos de qualificação da disponibilização de informação, pelo investimento e pela envolvimento dos vários serviços do Arquivo – a plataforma *ARM Digital* reúne e confere visibilidade ao trabalho desenvolvido por arquivistas, bibliotecários, informáticos e técnicos do setor de preservação, conservação e restauro. Assim, convicta de que o *ARM Digital* configura uma nova fase na existência da nossa instituição, considere de extrema oportunidade apresentá-lo à comunidade arquivística e investigadores, aproveitando o convite para participar neste Boletim da DGARQ.

## Apresentação do portal

O *ARM Digital* constitui um subdomínio do site oficial do Arquivo [www.arquivo-madeira.org](http://www.arquivo-madeira.org) e, nesse sentido, respeita, em termos de estética, o design do site oficial do

ARM. O menu principal é, indubitavelmente «Pesquisar fundos e coleções» e aí se centra todo o investimento deste projeto. Dá acesso a um primeiro patamar de pesquisa, a pesquisa simples, onde o utilizador já poderá fazer uma opção entre documentos de arquivo, publicações em série ou simplesmente monografias. No que respeita aos documentos de arquivo, a pesquisa poderá já ser canalizada para séries específicas de elevada consulta no Arquivo: registos de casamento e batismo. Por sua vez, na pesquisa avançada poderá utilizar outros filtros, como «data», «autor», «título», daí resultando pesquisas mais apuradas. O menu «Novidades» apresenta os últimos documentos digitalizados incorporados no sistema. No menu «Dúvidas e sugestões» aguardamos pelas vossas opiniões e correções, pois estamos ainda numa fase inicial do projeto. Relativamente às rubricas, de atualização mensal, são elas «Madeira em imagens» – subordinada a duas seleções de documentos das nossas coleções de iconografia, cartografia, fotografia e bilhete-postal ilustrado –, «Documento do mês» e «Novidades».

## Objetivos e conteúdos

Mais e melhor informação. Qualificação do acesso aos documentos históricos. Captação de novos públicos. Proteção do acervo do ARM. São estes os objetivos subjacentes à conceção e desenvolvimento do *ARM Digital*. A seleção dos conteúdos a digitalizar prende-se com critérios de frequência de consulta e estado de conservação dos originais. A disponibilização on-line respeita os direitos de autor e patrimoniais, pelo que muitos

documentos digitalizados só estão acessíveis na intranet do ARM (caso do Diário de Notícias). Por outro lado, existe documentação já digitalizada mas que aguarda descrição, razão pela qual não é possível disponibilizar na plataforma.

## Tecnologia e especificações técnicas

A conceção e desenvolvimento do projeto é uma produção interna do Arquivo Regional da Madeira, que tem estado condicionada às limitações de recursos, nomeadamente informáticos. Foi utilizada uma plataforma *Web*, com recurso ao gestor de conteúdos Joomla (*freeware*), com posterior desenvolvimento de módulos. Relativamente à digitalização, são utilizados diversos equipamentos, de acordo com o tipo de documento a digitalizar, e os perfis de digitalização escolhidos pretendem assegurar uma boa qualidade da imagem em detrimento da quantidade, permitindo assim utilizações a longo prazo.

## Próximos desenvolvimentos

Um menu de pesquisa exclusivamente para registos com imagens associadas, impressão de marca de água nas imagens, aplicação de OCR nos documentos impressos de forma a possibilitar a pesquisa integral, otimização de processos de pesquisa, integração de outras coleções na plataforma, a começar pela fotografia – são estas algumas das melhorias que se pretendem implementar num futuro próximo.

Fátima Barros

DIRETORA DO ARQUIVO  
REGIONAL DA MADEIRA

[arm@arquivo-madeira.org](mailto:arm@arquivo-madeira.org)

## Projeto de Descrição, Digitalização, Disponibilização online e Preservação digital da Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis ■

A DOCUMENTAÇÃO EM REFERÊNCIA exigiu uma abordagem integrada: descrição, preservação, digitalização e disponibilização *online*, articuladas por forma a garantir um melhor acesso, através de registos normalizados, a objetos digitais de qualidade, bem como a recuperação de alguns documentos originais que se encontravam em mau estado de conservação, assim como a preservação dos novos objetos digitais em contexto eletrónico. Este Projeto, desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal de Avis visa criar e implementar uma base de dados relativa à Ordem de Avis, com vista à sua integração no futuro Centro Interpretativo da Ordem de Avis (CIOA) que pretende abarcar diversas valências. A DGARQ, através do ANTT e do ADPTG disponibilizará *online* a informação da base de dados existente sobre a documentação da Ordem de Avis de forma a, conjuntamente com a referência de documentação patente noutras instituições, se tentar reconstituir a orgânica de produção original deste Fundo.

A documentação deste Fundo, que se encontra no ANTT, sem esgotar toda a documentação relativa a esta Ordem, abarca um conjunto de 36 livros, entre eles alguns forais e 1990 documentos avulsos, em suporte pergaminho e papel, que integram 21 maços. Esta documentação, anterior a 1600, deu entrada no Arquivo Nacional em 1861, vinda do Governo Civil de Portalegre. A documentação posterior ficou na Repartição de Fazenda de Portalegre, ingressando posteriormente no respetivo Arquivo Distrital.

A documentação avulsa é particularmente rica: o primeiro maço



ANTT, Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis, mc. 2, n.º 111. Carta de doação de D. Afonso X, rei de Leão e Castela a D. Martinho Fernandes, mestre da Ordem de Avis da vila de Albufeira, com seu castelo e seu termo, mas com reserva de alguns direitos, 1257-05-08. PT/TT/OACSB/001/0002/00111

é constituído por bulas e breves; os restantes contêm os documentos mais importantes para a Ordem: doações e mercês régias, estatutos, cartas de compra, venda, escambo e emprazamento, organizados por uma genérica ordem cronológica e que refletem a administração fundiária e patrimonial da instituição.

Em termos de descrição, o fundo compreende duas séries: *Documentos relativos a administração patrimonial, instituição de capelas, igrejas, visitas e concessões individuais várias*, que abarca os 17 primeiros maços, descritos parcialmente em forma de catálogo, pelas cadernetas 638 a 643 e a série *Provisões régias para lançar o hábito e professar (...)*, indexadas por ordem alfabética do primeiro nome do agraciado, nas cadernetas 649 a 653, abarcando os restantes maços.

Na atual criação de registos na base de dados Digitalq está a ser usada, depois de conferida e, eventualmente, corrigida, a informação destas cadernetas.

Relativamente à descrição da documentação pertencente ao Arquivo Distrital de Portalegre, dispõe de

inventário organizado em séries cronologicamente ordenadas, que estão a ser inseridas na base de dados Digitalq, o que possibilitará a pesquisa e acesso à descrição dos documentos bem como às imagens integradas e associadas.

A documentação deste fundo apresenta muitos documentos em pergaminho, dobrados, enrolados, com selos pendentes, grandes e de formatos irregulares e documentos em papel, em frágil estado de conservação. Por estas razões, o processo de digitalização exigiu a aplicação de especificações técnicas rigorosas de forma a garantir o manuseamento em segurança, bem como a qualidade das imagens matrizes, produzidas com objetivo de preservação a longo prazo.

O número global de imagens realizadas foi de 38.897, que ocupam 1.3 Terabytes de espaço em servidor.

As imagens, após captura, foram objeto de controlo de qualidade, integração em servidor de conservação permanente e está prevista a sua disponibilização *online* através da base de dados de descrição durante o primeiro semestre de 2011, através dos sítios WEB da DGARQ: <http://digitalq.dgarq.gov.pt> e do ADPTG: <http://digitalq.adptg.dgarq.gov.pt>

Tenta-se, assim, criar as condições para que a investigação científica sobre esta Ordem e Convento possa ser facilitada e incentivada através da disponibilização *online* dos registos e das imagens.

Anabela Ribeiro  
Sandra Chaves  
Marta Páscoa

Exposição *Oh!... A República... um século de memórias*

## Cidadãos de palmo e meio na Torre do Tombo ■

*O Centenário da República, largamente assinalado nas escolas no âmbito das áreas do Estudo do Meio e Formação para a Cidadania, Projeto ou da disciplina de História trouxe à Exposição Oh!... A República... um século de memórias um elevado número de grupos escolares.*

Neste artigo, a nossa atenção vai centrar-se na experiência com os alunos do 1.º ciclo – cerca de um milhar de alunos entre outubro e dezembro –, porque representaram o maior grupo de visitantes das escolas.

Sabemos que a noção de tempo histórico é das mais complexas e abstratas, mas a visita ao arquivo mesmo nestas idades em que cem ou mil anos são ainda expressões equivalentes a um longínquo e ainda impreciso «há muito tempo» é um contributo inicial e valioso para a construção gradual desse conceito. Além do mais, o trabalho desenvolvido revela que os mais pequenos com a sua curiosidade e atenção plena sabem fazer destas visitas momentos de aprendizagens múltiplas, transversais e significativas. Assim, vejamos:

Cidadãos da era da desmaterialização progressiva de suportes da memória como o livro e o documento, trazê-los à realidade de um arquivo histórico onde podem conhecer múltiplas formas de suportes físicos de documentos é já, por si só, um imperativo de grande alcance didático e pedagógico porque estamos a contribuir para que eles possam vir a ser herdeiros conscientes e críticos de um valioso património que lhes caberá, no futuro, preservar e divulgar.

As crianças gostam de viver «coisas a sério», neste caso um arquivo, espaço concebido para ser frequentado por adultos que observam a consultar documentos, em silêncio puro, como comenta um garoto, perscrutando, na sala de leitura, as atitudes e cuidados dos investigadores na

manipulação de documentos originais. Este momento permite ainda refletir com os mais pequenos, em diálogo orientado, outros aspetos do exercício da cidadania: o direito de todos os cidadãos ao acesso às fontes para a história do seu país, ou história individual, o direito à privacidade do leitor, visível no sinal de proibição de fotografar, a proibição do uso do telemóvel, para que haja o silêncio indispensável ao rigor do trabalho intelectual, a paixão pelo conhecimento do passado... Enfim, gestos e hábitos de cidadania que se aprendem e interiorizam com eficácia porque decorrem de atitudes e práticas que observam diretamente nos crescidos.

E as perguntas são sempre muitas, pertinentes e fecundas:

- *A quem pertence tudo isto?*
- *Porque é que se chama Torre do Tombo?*
- *Qual é o documento mais valioso? Quanto vale?*
- *A senhora sabe qual é o código da Casa Forte?*
- *Se isto é tão valioso e importante por que é que não passa na televisão?*

Na sala de microfílm, não raro, chegam à conversa com investigadores que direta e pessoalmente lhes testemunham como vão conhecendo as pessoas da sua família através dos registos paroquiais, percebendo assim como é importante, na família, guardarem todos aqueles documentos que lhes servirão um dia de passaporte para essa aventura que é poder ir ao encontro dos nossos antepas-



sados. E fica o desejo de crescer e aprender para que um dia venham também a investigar a história da sua família...

Tomando como referência a visita à Exposição *Oh!...*

*A República... um século de memórias*, esta proporciona igualmente aos mais novos:

- o encontro com a história do seu país na forma de diferentes tipologias de documentos: fotografias, cartazes, símbolos, textos escritos;
- o reconhecimento de que esses documentos – memórias particulares ou oficiais – são fontes de informação importantes para a reconstituição e o conhecimento do passado e que por isso fazem parte de nós enquanto povo;
- a compreensão da importância dos Arquivos como lugares que guardam, preservam e divulgam a Memória do passado;
- a promoção de atitudes de admiração e respeito perante o património documental;

Relativamente à exploração dos conteúdos da Exposição, alguns exemplos:

- as foto reportagens de A. Paz dos Reis e de J. Benoliel são apreendidas com interesse na dupla vertente de informação e emoção transmitidas sobre os acontecimentos do 5 de Outubro de 1910, em Lisboa;
- A rutura que representou a implantação da República na modernização do Estado e da sociedade portuguesa no século passado, é reconhecida na criação do Registo Civil Obrigatório, o



direito ao nome para todos os cidadãos ao invés da prática do Registo Paroquial;

- A preocupação com a modernização e criação de um ensino laico pode ser observada nas fotos das escolas de centros republicanos;
- O alargamento da missão dos arquivos ao estudo do passado, funcionando como universidades livres, registado através da leitura de um ou outro parágrafo do Diário do Governo de 21 de março de 1911.

Estes são alguns dos aspetos através dos quais apreendem melhor o que significou a criação do Estado laico e democrático.

Como etapa final da visita à exposição, criámos um jogo de símbolos que identificam cada um dos regimes e que têm de organizar para que melhor compreendam a rutura histórica

que representou a passagem da Monarquia à República, materializada numa nova bandeira, num novo hino, numa nova moeda e ainda numa nova denominação para o Arquivo da Torre do Tombo que passa de Real a Nacional...

Ao sair da Exposição, e se acaso nos sobram ainda alguns minutos, exercem ainda o direito à opinião escrita, deixando uma apreciação à visita no livro de visitantes da Exposição.

Em suma, a visita ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo permite-lhes ainda exercer, fora da escola, o saber ser e o saber estar, atuando como cidadãos praticantes que interpelam, comentam, registam o que observam, ouvem e leem.

*Maria Trindade Marques  
Serralheiro*

SERVIÇO EDUCATIVO/GREC

## Missão em São Tomé e Príncipe ■



DE 01 DE OUTUBRO a 27 de novembro de 2010 decorreu na Ilha do Príncipe, uma missão técnica na área dos arquivos financiada pelo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Esta missão, que tinha como objetivo específico promover a recolha e tratamento da documentação dispersa e abandonada nos edifícios em ruínas das antigas Roças, deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos por duas missões anteriores realizadas em 2006, e assume-se como mais um contributo para a criação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe, objetivo perseguido pelo Governo Regional do Príncipe, como forma de afirmação da sua identidade e da sua História.

Neste sentido foi efetuada a recolha, higienização, identificação, organização e descrição de dois importantes arquivos: um pertencente à Roça Sundy – Sociedade Agrícola Sundy, que foi propriedade da Família Jerónimo Carneiro, com sede em Lisboa, mas cuja atividade agrícola, industrial e comercial se desenvolvia na Ilha do Príncipe, e outro pertencente à Roça Porto

Real – Sociedade Agrícola Colonial, propriedade da Família Mantero, e cuja atividade agrícola e comercial se desenrolava igualmente na Ilha do Príncipe.

Através desta documentação é possível avaliar o desenvolvimento económico e social das Roças. De salientar que a história da Ilha decorre em boa parte da história das Roças e que se interliga com a de outros povos de África, porquanto a mão de obra para os trabalhos das Roças (serviçais) era contratada noutras colónias africanas, nomeadamente em Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Na perspetiva do Património Arquivístico Comum, este é um património que se assume com particular interesse para S. Tomé e Príncipe e para Portugal, mas extensivo igualmente, a outros países de expressão portuguesa.

Dado o avançado estado de degradação da documentação, devido a fatores naturais e humanos, só foi possível recuperar e inventariar no que se refere ao arquivo da Roça Sundy – 210 caixas de documentos de arquivo e na Roça Porto Real – 39 caixas de documentos, que ainda

assim permitem refletir a grandeza e importância destas Roças.

Paralelamente, foi realizado idêntico tratamento a um conjunto de documentação que se encontrava semiabandonado, em precárias condições, no edifício onde se encontra atualmente a funcionar a Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais, Educação e Cultura.

Esta documentação reportava-se ao antigo Instituto do Trabalho e Previdência Social, durante o Governo Colonial e que com a independência, deu origem ao Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais.

A documentação tratada, num total de 40 caixas, articula-se e completa sob o ponto de vista institucional, a documentação das Roças, no que respeita ao Trabalho e Segurança Social.

Registe-se ainda, que os membros da Missão foram solicitados a realizar duas Sessões Culturais, sobre o Património e Memória Histórica, para os alunos do Ensino Básico e Secundário (8.º ao 11.º anos).

*Joaquim Machado  
Maria de Lurdes Henriques  
Maria Teresa Saraiva*

# Conferência Internacional sobre Inclusão Digital e Social ■

O INSTITUTO BRASILEIRO de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, promoveu o 3.º Seminário sobre Informação na Internet e III Conferência Internacional sobre Inclusão Digital e Social, em Brasília, de 17 a 19 de novembro de 2010.

O evento contou com a participação de 22 especialistas do Brasil e 17 provenientes de diferentes Países.

A Direção-Geral de Arquivos, a convite do IBICT, fez-se representar por Anabela Ribeiro, com a apresentação da comunicação *Digitalização e disponibilização de informação: experiência portuguesa – 2.534.211 Imagens da Inquisição de Lisboa (1536-1821) on-line*.

O programa do Seminário estava dividido em 13 painéis temáticos, de que destacamos: Cenários futuros da Internet Mundial; A Internet e a ação das unidades de informação; A Imagem da Internet: um Mundo a ser Descoberto; As faces ocultas da dependência da Internet; Políticas públicas para a Informação e inclusão digital nos Países Ibero – Americanos; Tecnologias digitais e as consequências do tecido social; Construção do conhecimento no século XXI; Panoramas da Inclusão digital na produção de conteúdos interativos, entre outros.

A escolha temática e a organização dos Painéis decorreram de excelente forma, contribuindo para um diálogo aberto entre os participantes, o que permitiu chegar a conclusões de relevante importância no contexto atual da Sociedade Digital e que se constituirão certamente em desafios futuros.

Destaco alguns:

- Necessidade de desenvolver a banda larga e melhorar a velocidade de comunicação.
- A importância de adequar a legislação de direitos de autor às novas exigências da Sociedade Digital.
- Os custos de acesso à Internet foram considerados elevados sendo necessária a sua redução.
- A necessidade de fomentar a qualidade dos serviços para estimular a competitividade.
- Atender às mudanças de paradigma e de modelos mentais, aceitando a cultura de conteúdos produzidos por todos os segmentos da sociedade.

A Internet mudou a relação das organizações com os utilizadores. Estes estão mais próximos e são mais exigentes, o que constitui um desafio.

Destacou-se que a mudança tecnológica é muito acelerada e dificulta a construção de novos cenários na Internet, mas é inegável a importância desta para todos os segmentos da sociedade e a sua aplicação em todas as áreas da atividade humana.

Salientou-se ainda a necessidade de inclusão da discussão sobre acessibilidade dos organismos envolvidos.

Dos desafios propostos concluiu-se que todos temos ilações a retirar: os decisores das organizações, os profissionais, os utilizadores, independentemente da nacionalidade, para a construção de estratégias e para a elaboração de políticas que satisfaçam as necessidades dos cidadãos numa Sociedade cada vez mais Global.

Anabela Ribeiro

DIVISÃO DE GESTÃO DE PROJETOS

## Outras Reuniões Internacionais ■

- REALIZOU-SE NO RIO DE JANEIRO, de 25 a 29 de outubro, a X Reunião da COLUSO – Comissão Bilateral de Salvaguarda e Divulgação do Património Documental. A DGRQ esteve representada pelo seu Diretor, Silvestre Lacerda. Da agenda de trabalhos destaca-se a apresentação de uma proposta de programa comum, que agregará vários projetos de cooperação sobre *Movimentos migratórios luso-brasileiros*. Foram aprovadas as linhas de rumo do programa e definidos alguns dos Projetos que o irão constituir.
- Realizou-se em Bruxelas, 18 a 19 de novembro, a 22.ª Reunião do EBNA – European Board of National Archivist e a 9.ª Reunião do EAG – European Archivist Group. A DGRQ fez-se representar pelo subdiretor, Francisco Barbedo. Eram os seguintes os temas em debate: Aquisição e abertura ao público de Arquivos Empresariais; Fontes cartográficas: Os arquivos da Primeira Guerra Mundial sua abertura ao público e valorização; Os Arquivos como educação para a Memória; Voluntários e profissionais nos serviços de arquivo.
- O diretor da DGRQ participou, em Santiago de Compostela, a 18 e 19 de novembro, no Seminário Internacional *O futuro da Memória – o Património Arquivístico Digital*, com a apresentação da comunicação *Digitalização: A experiência Portuguesa* e a 14 e 15 de dezembro, a convite da Universidade de Santiago de Compostela, no Congresso Internacional *Memória da Guerra, reconciliação e cultura de paz*, com a comunicação *Memória e Arquivos*. ◇

### *A Informação Institucional nas Redes Sociais*

## Conversa pública com Ana Neves ■

REALIZOU-SE NO PASSADO DIA 21 de outubro, mais uma sessão das *Conversas públicas*, esta dedicada à informação institucional e às redes sociais. Esta iniciativa contou com a presença da convidada Ana Neves, especialista em gestão do conhecimento, aprendizagem organizacional, mudança cultural e redes sociais e Francisco Barbedo, subdiretor da DGARQ.

A grande oportunidade para as organizações integrarem e participarem neste universo consiste na possibilidade de recorrer a canais de comunicação alternativos para a promoção da imagem institucional tendo, estes canais, como vocação essencial a capacidade de dinamizar o diálogo com o público.



Durante a sessão foram abordados diversos temas de grande importância para as organizações que pretendam rentabilizar a criação de redes sociais através da presença e participação nas ferramentas sociais. Assim, com vista a deixar algumas pistas a estas organizações, aqui ficam algumas ideias:

- Definição de objetivos específicos para cada canal;

- Presença constante e efetiva nos mesmos;
- Promoção da participação nos dois sentidos – da instituição para o público e do público para a instituição;
- Fomento do diálogo sempre que possível, não deixando de responder ou comentar as questões e sugestões colocadas;

Confira estes e outros pontos focados acedendo à conversa integral em:

<http://dgarq.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/eventos/conversas-publicas/>

*Mário Sant'Ana*

TÉCNICO SUPERIOR DE ARQUIVO

### *O Acesso aos Documentos da Administração*

## Conversa pública com José Pimpão e Luís Silveira ■

ESTA CONVERSA PÚBLICA, realizada no dia 2 de dezembro passado, contou com os convidados José Pimpão, Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), Luís Silveira, Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) e foi moderada por Alexandra Lourenço da DGARQ.

A conversa iniciou-se com a exploração do conceito de documentos nominativos e conceito de dados pessoais tendo, cada uma das comissões, partilhado o seu entendimento.

Seguidamente foram questionados os convidados relativamente aos prazos de restrição de acesso à documentação (50 anos sobre a morte



dos indivíduos ou, 75 anos sobre a produção dos documentos) previstos na lei geral de arquivos (lei 16/93 de 23 de janeiro).

Ao longo da restante conversa diversos outros temas foram explorados.

- A solicitação da eliminação de dados pela CNPD;
- A pronúncia sobre o registo e a classificação dos documentos, por parte da CADA;

- A *mais-valia* que representa para o cidadão a utilização de uma linguagem comum a toda a Administração neste domínio;
- A possibilidade e vantagem na criação de Comissões específicas de desclassificação de documentos;
- Os problemas do acesso, difusão e comercialização dos direitos associados à exploração de dados na internet;

Confira estes e outros pontos focados acedendo à conversa integral em:

<http://dgarq.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/eventos/conversas-publicas/>

*Mário Sant'Ana*

TÉCNICO SUPERIOR DE ARQUIVO

## NOVAS AQUISIÇÕES

FORAM DOADOS AO ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo, no dia 13 de agosto de 2010, pela Sr.ª D. Maria Noémia Felicíssimo Pranto, 126 livros e 1 um exemplar do jornal *Consagração*.

Estes livros incidem, maioritariamente, sobre temáticas relacionadas com legislação, a saber:

- *Colecção de Legislação* (1821-1928), 93 livros;
- *Revista de Justiça* (1921-1934), 7 livros;
- *Gazeta da Relação de Lisboa* (1920-1933), 6 livros;
- *Revista dos Tribunais* (1925-1933), 4 livros;
- *Recortes de jornais com artigos de Ribeiro Cristino* (1911-1920), 3 álbuns;
- *Colecção de Leis* (1838-1843), 2 livros;
- *Dictionnaire de la Fable* (1801), 2 livros;
- *História das instituições do direito romano, peninsular e português*, de Marnoco e Souza (1904), 1 livro;
- *Cerimonial Eclesiástico*, composto pelo padre Fr. Mathias de Santa Anna (1743), 1 livro;
- *Índex cronológico das leis extravagantes desde 1603 até 1761* (1833), 1 livro;
- *Catastrophe de Portugal* de Leandro Dorea Caceres e Faria (1669), 1 livro;
- *Índice Geral da Revista de Legislação e de Jurisprudência*, (vol. 1 a 34) (1902), 1 livro;
- Reportório alfabético da legislação contida nos primeiros cinco volumes do jornal *O Direito* (1874), 1 livro;
- *Actas das sessões da Câmara dos Deputados* (1855), 1 livro;
- *Colecção Cronológica dos assentos da Casa da Suplicação e do Cível* (1876), 1 livro;
- [Decretos das Cortes Gerais Extraordinárias da Nação

Portuguesa: de 26 de janeiro de 1821 a 23 de novembro de 1822], 1 livro;

- Um exemplar do jornal *Consagração* (Dez. 1904), número único dirigido por Fernão Botto Machado e Gonçalves Neves e dedicado ao Dr. Sebastião de Magalhães Lima.

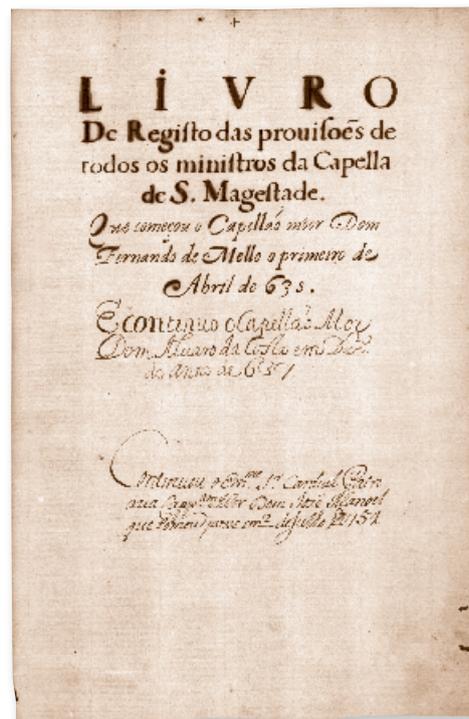
Em novembro de 2010, foram adquiridos pela Direção Geral de Arquivos, com destino ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo e ao Arquivo Distrital do Porto os seguintes documentos:

- Francisco de Azevedo Coutinho. Exame ao estado em que se encontram todos os Mosteiros de religiosos e religiosas da cidade do Porto e seus subúrbios. (1790)

Contém documentos sobre o Convento de Avé-Maria do Porto, Mosteiro de Bento da Victória, Casa de Santo Eloy do Porto (Cónegos de S. João Evangelista), Convento de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia e Mosteiro de Santo Agostinho da Serra.

Dizem respeito a um inquérito mandado fazer sobre o número de pessoas residentes, o número de criadas da comunidade, número de religiosas, a avaliação do estado dos edifícios, e mapas de seculares, natureza dos bens, rendimentos, despesas, legados, dívidas e causas. Conjunto truncado.

- Livro // De Registo das prouisões de // todos os ministros da Capella // de S. Magestade. // Que começou o C a p e llã o m e n o r Dom // Fernando de Mello o primeiro de // abril de 635. // E continuo o C a p e llã o Mor // Dom Alvaro da Costa em Dezº // do anno de 1637. //



Continuou o Exmo Sr. Cardeal Patri – // arca Capp.am Mor Dom José Manoel // que tomou posse em 2 de Julho de 1754.

O registo começa pela provisão de nomeação do capelão-mor de D. Filipe, D. Fernando de Melo, Deão da Sé de Évora, e contém provisões que foram dadas ao longo do séc. XVII e até finais do século XVIII, dos bispos capelães mores do rei até ao primeiro Patriarca de Lisboa. Inclui portarias nomeando oficiais tais como, o recebedor das rendas, o promotor da Capela Real, o ouvidor e escrivão da Capela Real e Causas das igrejas do Padroado Real, do Mestre-de-cerimónias, do porteiro da grade, do guarda cera, do prebendeiro, do credenciário, do boticário, do porteiro da sacristia, do médico da Capela Real.

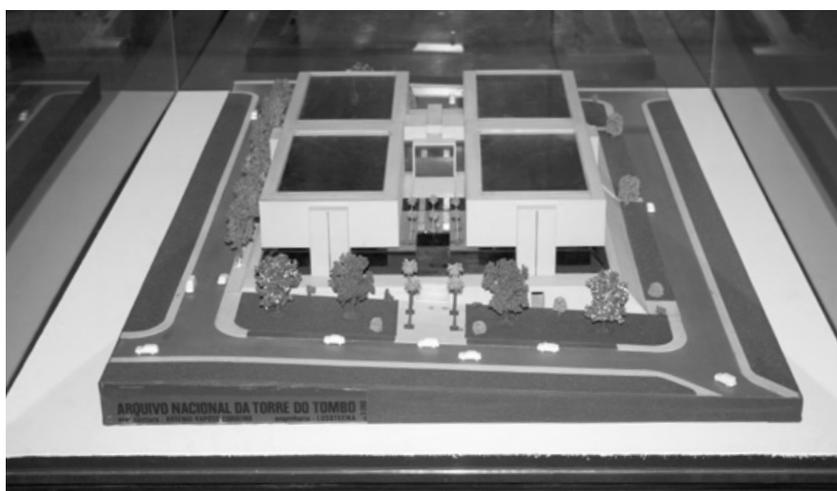
Inclui índice alfabético.

Esta documentação, tal como a anterior, ainda não se encontra tratada arquivisticamente.

Ana Maria Lopes Vaz dos Santos  
TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUIVO

## AGENDA

### Exposições



### *Por Terras de Sol e Dor, fotografias de Mário João Mesquita*

ENXOVIAS DO 1.º PISO,  
DE 29 DE JANEIRO  
A 22 DE MAIO

Reportagem fotográfica da autoria do arquitecto Mário João Mesquita sobre o território do vale do Douro, construído pelas suas gentes, entre Freixo de Espada a Cinta e o Porto. É um documento de matriz realista através do qual se dá nota do que ainda hoje se pode ler da expressão tectónica, territorial e social do sistema de Lugares ao longo deste território, unidos por traços de identidade comuns muito fortes. ♦

© MÁRIO JOÃO MESQUITA



### *O Edifício da Torre do Tombo faz anos*

21 DE DEZEMBRO DE 1990/21 DE DEZEMBRO DE 2010

A mostra documental que se apresenta pretende dar a conhecer alguns aspetos da conceção e construção do espaço arquitetónico do edifício, da responsabilidade do Arquitecto Arsénio Cordeiro e das monumentais gárgulas, da autoria do Mestre José Aurélio.

Ao visualizar esta mostra, o visitante toma consciência do esforço empreendido para erguer o edifício que é hoje a CASA DA MEMÓRIA. ♦

De 20 de Dezembro de 2010 até 31 de Março de 2011 · Horário: 2.ª a 6.ª das 9h30 às 19h30 · Sábados das 9h30 às 12h30 · **Entrada Livre**



*A Exposição Oh!... A República... um século de memórias*, estará patente ao público até ao próximo dia 31 de Janeiro de 2011.

Horário da exposição: 2.ª a 6.ª das 10h00 às 19h30  
Sábados das 9h30 às 12h30 · **Entrada livre**

**Arquivo Nacional da Torre do Tombo** – Alameda da Universidade, 1649-010 Lisboa  
Tel.: 217 811 500 · Fax 217 937 230 · [grec@dgarq.gov.pt](mailto:grec@dgarq.gov.pt) · [www.dgarq.gov.pt](http://www.dgarq.gov.pt)

**Centro Português de Fotografia/Direção-Geral de Arquivos** – Edifício da Cadeia da Relação do Porto Campo Mártires da Pátria 4050-368 Porto Portugal · Tel. +351 222 076 310 Fax. +351 222 076 311 · [mail@cpf.dgarq.gov.pt](mailto:mail@cpf.dgarq.gov.pt) [www.cpf.pt](http://www.cpf.pt) · Horário: 3.ª a 6.ª das 10h00 às 12h30 e das 15h00 às 18h00 · Sábados, Domingos e Feriados das 15h00 às 19h00 · **Entrada Livre**